



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento (AR),
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Nº: 1469

SUA COMUNICAÇÃO DE
21/04/2021

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 388/MPCM/2021

DATA
09/06/2021

ASSUNTO: Pergunta n.º 1897/XIV/2.ª, do BE, de 21 de abril de 2021

- Invisibilidade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo no Censos de 2021

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra de Estado e da Presidência de enviar a V. Exa. a resposta à pergunta, melhor identificada em epígrafe, dirigida a este Membro do Governo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Miguel Rodrigues Cabrita

Anexo: o referido



Pergunta n.º 1897/XIV/2.ª de 21 de abril de 2021

Grupo Parlamentar do BE

- Invisibilidade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo no Censos de 2021

Em resposta às questões colocadas a respeito do assunto em referência, a área da Presidência remete o seguinte esclarecimento:

Desde 2015, que os Governos em funções têm assumido o compromisso no combate à discriminação em função da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Neste domínio destaca-se a aprovação e execução do 1º Plano Nacional de Ação de Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais, integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030.

Esta discriminação cruza-se com múltiplos fatores, como os preconceitos culturais e de género, exigindo uma atuação transversal em várias áreas, de modo a alcançar a plena igualdade das pessoas LGBTI. Assim, e com o intuito de procurar conceber melhores e mais eficazes políticas públicas na prevenção e no combate à discriminação, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género promoverá em 2021 a realização de um novo estudo nacional de modo a conhecer e identificar as necessidades e impactos das discriminações que as pessoas LGBTI enfrentam nos vários contextos.

Já no âmbito do PO ISE, está a ser financiado o projeto de investigação ÍRIS, da Associação Plano i, que se propõe caracterizar as trajetórias de vida de pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica, de modo a compreender as especificidades dos percursos e os impactos pessoais, familiares e sociais, a partir das suas perspetivas pessoais, bem como das perspetivas dos profissionais que com elas intervêm (Administração Pública central: entidades das áreas da saúde, da justiça, da administração interna e da segurança social; sociedade civil: organizações não governamentais e outras) e dos membros dos coletivos e associações LGBTI que com elas contactam.

Sublinhe-se ainda que no âmbito do Projeto Europeu TInnGO - Transport Innovation Gender Observatory, houve uma articulação entre a EMEL e a CIG, tendo em conta o inquérito aos hábitos de mobilidade em Lisboa, para que fosse incluída na recolha de dados indicadores sobre a identidade e ou expressão de género das pessoas inquiridas.



Por fim, damos nota que a partir do 2º semestre de 2020, a monitorização das respostas da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica passou a ter um questionário específico para as estruturas especializadas de atendimentos e acolhimento a pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica, de forma a serem recolhidos dados desagregados sobre as mesmas.

No que respeita ao tratamento estatístico das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo no Censos de 2021, e de acordo com a informação prestada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), informa-se que no contexto dos trabalhos preparatórios dos Censos 2021 teve lugar um processo de consulta sobre as variáveis a observar nesta operação censitária. O processo de consulta teve início em fevereiro de 2018, junto dos organismos e entidades representados no Conselho Superior de Estatística e de outros utilizadores institucionais. Seguiu-se uma segunda fase de consulta dirigida à participação de toda a Sociedade, a qual esteve disponível no portal do INE entre abril e setembro de 2018. No processo de consulta foram recebidos cerca de 70 contributos, a maioria de organismos e entidades públicas, mas também de associações e entidades privadas e de particulares.

De acordo com o INE, no âmbito do processo de consulta não foi submetida qualquer proposta para a inclusão de questões relativas à orientação sexual e à identidade de género nos Censos 2021.

Assim, a proposta de conteúdo a observar nos Censos 2021 e todas as sugestões recebidas no processo de consulta foram analisadas na Secção Eventual para acompanhamento dos Censos 2021 tendo em consideração critérios de pertinência, relevância, operacionalidade e carga estatística. Esta análise decorreu entre março de 2018 e junho de 2019. Na 10ª Reunião da Secção Eventual para acompanhamento dos Censos 2021, realizada a 17 de junho de 2019, foi concluída a análise de conteúdo a integrar nos Censos 2021.